O GLOBO
Publicado em 19/05/2022 - 05:57

Com aval do TCU, governo corre para privatizar Eletrobras

CORRIDA CONTRA O TEMPO

7 X 1 PELA PRIVATIZAÇÃO

Com aval do TCU, governo acelera para vender controle da Eletrobras até 15 de junho

GERALDA DOCA
E GABRIEL SHINOHARA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com uma decisão esperada pelo governo, os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovaram ontem, por 7 votos a 1, o processo de privatização da Eletrobras. Para tentar garantir que esta seja a primeira grande desestatização da gestão de Jair Bolsonaro, o governo corre contra o tempo e quer registrar a venda da empresa nas Bolsas de Nova York e São Paulo na próxima semana. A pressa do governo visa concluir a venda até 15 de junho.

O objetivo é evitar que a operação seja afetada pela proximidade das eleições e pela piora do cenário financeiro global. Além disso, o governo busca se alinhar ao cronograma dos grandes fundos de investimento internacionais, com aportes mais concentrados no primeiro semestre.

Os ministros Augusto Nardes, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Benjamin Zymler, Walton Alencar Rodrigues e Antônio Anastasia acompanharam o relator Aroldo Cedraz pela aprovação. O ministro Vital do Rêgo foi contrário — ele já havia pedido vista no processo, o que atrasou a análise em quase um mês. A presidente Ana Arraes só votaria em caso de empate. Cedraz afirmou que a privatização vai modernizar o setor elétrico, com benefícios para os consumidores e usuários:

— O TCU tem capacidade de aceitar desafios em tempos tão difíceis e em momentos em que temos que estar unidos para oferecer ao Brasil uma decisão, se possível, inteligente e duradoura.

Vital do Rêgo disse que aceita a decisão da maioria, mas não entende:

— Comprar uma égua prenha é um bom negócio, o sujeito compra um animal e na verdade está levando dois pelo preço de um. É o que vemos aqui. Os homens do mercado estão em festa hoje — disse, criticando a operação, que, para ele, afeta as contas públicas.

A equipe econômica recebeu a decisão do TCU com alívio e "alegria", conforme definiu um integrante do governo. Em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) agradeceu ao TCU, indicando que a decisão coroa o esforço de todos os que trabalharam no processo de privatização da Eletrobras.

"O MME tem a convicção de que o processo foi extremamente escrutinado, culminando com a decisão mais fundamentada e ponderada entre os processos de privatização do país", diz a nota.

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, comentou a aprovação do TCU em uma rede social:

"Trata-se de um dia histórico para o Brasil. O MME permanece comprometido em cumprir, de forma diligente e tempestiva, as próximas etapas do processo. Com a graça de Deus vamos em frente."

DOCUMENTAÇÃO PRONTA

Colocar em marcha a privatização em junho, a tempo da eleição, exigirá, porém, uma verdadeira força-tarefa. A documentação já está pronta para o próximo passo. Segundo integrantes do governo que participam da operação, só falta a publicação do acórdão pelo TCU.

Na sequência, será necessário protocolar a operação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), órgãos reguladores dos mercados brasileiro e americano, respectivamente. O documento contará com a proposta de venda do controle da Eletrobras, conforme o modelo de privatização já desenhado pelo BNDES e chancelado pelo TCU.

Também será construído o chamado "*book* de ofertas", processo de formação de preços dos ativos, baseados na avaliação feita pela empresa e na demanda por parte do mercado. Nessa fase, o governo fará um *roadshow* internacional com os investidores.

> *"O TCU tem capacidade de aceitar desafios em tempos tão difíceis e em momentos em que temos que estar unidos para oferecer ao Brasil uma decisão, se possível, inteligente e duradoura"*
>
> **Aroldo Cedraz**, ministro relator do processo no TCU

O modelo da privatização prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após uma oferta de ações que não será acompanhada pela União. Sem acompanhar a capitalização, o governo tem sua participação diluída para menos de 50% e perde o controle das empresas.

IMPACTO DE R$ 67 BILHÕES

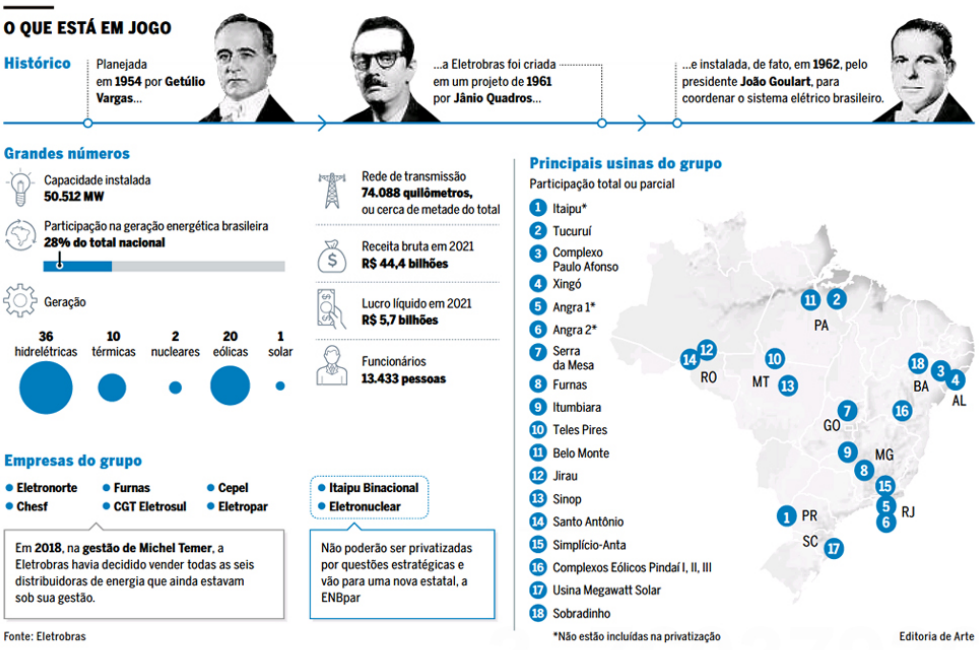
No total, o governo calculou em R$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização, mas nem tudo vai para os cofres públicos, e este número ainda será revisto. Do total, R$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras privada ao Tesouro, este ano, pelas outorgas das usinas hidrelétricas cujos contratos serão alterados.

Pelo plano do governo, serão destinados ainda R$ 32 bilhões para aliviar as contas de luz a partir deste ano por meio do fundo do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O restante vai para a revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de rios de Minas Gerais e de Goiás, e para a geração de energia na Amazônia.

O objetivo era realizar o leilão no dia 13 de maio, o que não ocorreu porque o processo emperrou no TCU.

Mauricio Tolmasquim, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), afirmou que o processo teve "momentos conturbados" e se diz "muito cético" em razão do modelo definido:

— Esse modelo atrai mais o capital financeiro, mas não sei como seria para empresas de energia, que procuram retorno de longo prazo.



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.